



CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO CINCO (2017-2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DO ANO DE 2018.**

—Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.—

**—VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

—Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quinze minutos.—

—Foi registada a falta, justificada, do membro da Assembleia Municipal Sandra Cristina de Oliveira Cortês, tendo sido substituída, nesta sessão, por Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, a quem o Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas, por ser a primeira vez que tinha presença no órgão deliberativo do município.—

**—REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.**

—Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, do Vice-presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva, Toni Serge Costa Ribeiro e Ana Cristina Silva Sousa Borges.—

**—INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.**

—O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado



neste órgão deliberativo e também o que foi expedido, encontrava-se arquivado em pasta, disponível para consulta e também tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os membros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. **EDUCAÇÃO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. DELIBERAÇÃO DE NOMEAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE HARMONIA COM O ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 7/2003, DE 15 DE JANEIRO (REDAÇÃO ATUAL). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. **INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO A APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 6. **MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2018. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_7. **ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. **ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE BEIJÓS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8.2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PARADA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE FIAIS DA TELHA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8.4 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PAPÍZIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. **PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9.1 MOÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA PARA A CRIAÇÃO DO ESTATUTO DO ANIMAL COMUNITÁRIO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9.2 MOÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA POR UMA FLORESTA PROTEGIDA (UGF). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9.3 PROPOSTA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO E OS PROBLEMAS DA INTERIORIDADE. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_10. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da correspondência rececionada, o Presidente da Assembleia Municipal destacou uma série de documentos emanados do grupo parlamentar Os Verdes sobre vários

temas e também um do grupo parlamentar do Partido Social Democrata sobre a necessidade de construção de uma autoestrada de Viseu-Coimbra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da última sessão ordinária tinha recebido contributos, que depois de incluídos foi de novo enviado a todos os membros do plenário, pelo que se poderia colocar em votação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e dezoito foi aprovada por maioria com três abstenções (Elisabeta Caldeira, António Pinto e Paulo Catalino). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **INFORMAÇÕES DIVERSAS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, reafirmando que a correspondência recebida e expedida estava arquivada em pastas próprias e poderia ser consultada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Deu a conhecer as suas participações e da Mesa em reuniões e eventos, destacando: a Tomada de Posse do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal; a presença da Segunda Secretária na Festa da Árvore e da Gastronomia realizada pela Associação de Póvoa da Pegada; a presença da Primeira Secretária no aniversário da Associação Recreativa e Cultural de Pinheiro; a sua presença no Conselho Municipal de Educação (na formalização de aceitação dos cargos e na reunião que se seguiu); e



nas Comemorações do Vinte e Cinco de Abril. Concluiu, dando a informação de ter sido convidado para estar presente no Segundo Encontro da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, não tendo estado presente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu-se à extensão da ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção no uso da palavra aquando das intervenções, de forma a conseguir a celeridade e o bom andamento da sessão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este período, aceitando inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os membros da Assembleia Municipal a seguir identificados: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Após cumprimentos, colocou duas questões: uma relacionada com a redução do preço da água, querendo saber o ponto de situação. A outra relacionada com os trabalhos de substituição de fios e cabos de telecomunicações, danificados pelos incêndios florestais de outubro, em que o material danificado foi deixado ao abandono, representando um prejuízo para o ambiente e nalguns casos para as populações, perguntando se o Executivo Camarário tinha conhecimento deste assunto, quem é a entidade responsável pela recolha e o que é que a Câmara Municipal poderá fazer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Após cumprimentos, usou da palavra para, na sequência das comemorações locais do Vinte e Cinco de Abril, recordar ao Presidente da Assembleia Municipal que o Estatuto da Oposição deve ser cumprido. Isto, porque, tinha apresentado requerimentos em dezasseis de fevereiro de dois mil e dezoito, cujas respostas só tinham sido enviadas na véspera desta sessão, o que considerou indigno, na medida em que para além do envio tardio, as respostas não correspondem

ao que tinha solicitado. Assim, na qualidade de líder do grupo municipal do Partido Social Democrata informou que iria, simbolicamente, devolver ao Presidente da Assembleia Municipal os documentos rececionados, por não verterem o objeto da petição e, caso entendesse, estaria disponível para apresentar cópias da petição inicial. Disse aproveitar o ensejo para apresentar um novo requerimento que iria dar entrada. Prosseguiu, referindo que relativamente à Feira da Pinha e do Pinhão, o que tinha sido requerido foram os custos totais e não estimativas de custos. No que diz respeito ao apoio às associações, disse pretender alertar os serviços municipais para o que tinha sido requerido e o mapa enviado não era mais do que um extrato do relato financeiro, não correspondendo ao requerido. Quanto à habitação social, a resposta também não correspondia ao que tinha sido pedido. Afirmou que, simbolicamente, devolvia as respostas ao Presidente da Assembleia Municipal. Mudou de assunto para abordar os transportes escolares, referindo-se a diversas intervenções havidas naquele plenário e bem às decisões da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Disse que as respostas dadas às questões suscitadas, lhe parecia que tinham algo de errado, porquanto, não eram consonantes com a posição do Vice-presidente da Câmara, vertidas numa ata de uma reunião de doze de setembro de dois mil e doze. Passou, de seguida, a ler o extrato da ata, no que dizia respeito ao descontentamento generalizado face aos atrasos dos transportes escolares, nomeadamente no regresso dos alunos de Sobral e Beijós e ao não cumprimento da legislação em vigor. Inclusive, o Vice-presidente admitia a denúncia de tal situação se se mantivesse. Reafirmou que as respostas dadas nas sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente ao membro Sandra Cortês, que justificadamente se encontrava ausente, não têm sido condizentes com a intervenção do Vice-presidente da Câmara tomada na reunião de doze de setembro, cujo documento, simbolicamente, iria entregar ao líder do grupo municipal do Partido Socialista. Prosseguiu a sua intervenção,



referindo-se: à estrada municipal de ligação Carregal do Sal-Sobral e à existência de uma vala de água, localizada no limite da povoação, que corre quotidianamente por baixo do asfalto e que está a deteriorar o pavimento, questionando porque é que ainda não se tomaram providências. Referiu-se também à escola do Sobral, afirmando não compreender como é, no âmbito de uma cedência, titulada por contrato de comodato, à associação local – da qual também era diretor mas que desde o início das obras se tinha demarcado por não concordar com as mesmas – era permitido efetuar tais obras às quais a autarquia tinha dado o seu aval. Considerava tal um atentado arquitetónico. Reafirmou que se tinha demarcado de tal situação, mencionando que ele próprio estava na disposição de promover diligências para defender o património existente, junto das instâncias governamentais, para além de que a rampa de acesso, construída no local, não cumpria os requisitos legais. Mudando de assunto, quis saber como é que estava o processo e início de obras de reconstrução de primeiras habitações, na sequência da tragédia dos incêndios do mês de outubro, questionando porque é que não tinha sido vertido para a Beira Alta o plano de emergência de Pedrógão. Concluiu, questionando a Câmara Municipal sobre as medidas de prevenção de incêndios florestais, congratulando-se, por outro lado, com o acordo feito com a Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão, que considerava uma mais valia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Manuel Lopes Batista* – Após cumprimentos, colocou três assuntos, pretendendo saber o ponto de situação: A climatização das salas de aulas da Escola Básica Nuno Álvares; a falta de requisitos da caixa de areia existente no mesmo estabelecimento, por não ter uma drenagem adequada; e o *ranking* da transparência municipal tornado público que preocupava a bancada do Partido Social Democrata face à descida acentuada, de segundo para décimo sexto, perguntando se já tinha sido feita uma análise acerca do que aconteceu e se existia uma estratégia para obviar ao que sucedeu. –

—————*Manuel António Tavares Santos* – Após cumprimentos, usou da palavra para abordar o tema da segurança dos cidadãos, incumbência especialmente destinada ao Estado, dirigindo uma questão ao Presidente da Câmara no sentido de saber se sente segurança em Carregal do Sal. Isto, porque, nos últimos tempos, tem havido diversos atos de vandalismo, tais como a destruição de bancos de jardim, candeeiros, tentativas de arrombamento da Casa do Passal e assaltos, como os que aconteceram na Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa. Sabendo que os efetivos da Guarda Nacional Republicana são diminutos, questionou o Presidente da Câmara se estava satisfeito com o nível de atuação desse corpo de segurança, no que diz respeito ao acompanhamento das populações. Em consequência e por a Delegação de Oliveira da Cruz Vermelha Portuguesa ter sido assaltada, por sete vezes nos tempos mais recentes, pensa-se que pela mesma pessoa que, sendo detida num dia, ao outro está em liberdade, perguntou se a Câmara Municipal, através do serviço competente, não tem autoridade para a colocar, compulsivamente, essa pessoa num hospital. Mudou de assunto para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata concordava com a descentralização dos serviços, apoiando a criação do balcão único para a Freguesia de Beijós, não o apoiando, no entanto, por não fazer sentido, que seja o Presidente e o Tesoureiro da Junta de Freguesia a fazerem o atendimento. —————

—————*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Após cumprimentos, deu informação sobre os resultados da primeira reunião havida no dia vinte e sete de março do corrente ano, no âmbito da Comissão contra a Violência Doméstica. Disse existirem verbas disponibilizadas pelo Governo destinadas à esterilização de cães e gatos, perguntando se a Câmara Municipal se tinha candidatado aos fundos respetivos, afirmando que o Bloco de Esquerda estaria disponível para colaborar. Relativamente ao jornal Uvas e Romãs, perguntou se todos os partidos políticos, com assento na Assembleia Municipal, poderiam



utilizar este jornal municipal. Concluiu, desafiando a Câmara Municipal a tirar a proibição de entrada de animais no Parque Alzira Cláudio, promovendo a necessária fiscalização, educação dos utentes e levantamento de contraordenações quando se justificar. —

——— *António Marques da Costa Pinto* – Após saudações, usou da palavra para informar, na sequência da intervenção do membro Casimiro Loureiro, que as águas pluviais referidas não chegam ao alcatrão, como foi referido e a situação está a ser acompanhada. Referiu-se a um episódio que tinha acontecido em anos anteriores, de encaminhamento de águas para a estrada, não se tendo verificado, na altura, qualquer reclamação, tendo sido a Junta de Freguesia a resolver. Prosseguiu a sua intervenção para, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Carregal do Sal, agradecer ao Executivo Camarário a concretização e inauguração do Parque Alzira Cláudio, mostrando o seu contentamento e expressando um até que enfim! Isto, porque, numa reunião de Juntas de Freguesia, ocorrida no ano de dois mil e oito, aquando de uma sua intervenção sobre a necessidade de criação de um espaço de lazer na Vila Sede, ao transmitir a disponibilidade da Freguesia para regularizar o terreno do Parque, o então Presidente da Câmara respondeu que o Arquiteto estava a realizar um projeto para o local. A verdade é que este assunto se arrastou e a obra magnífica, agora inaugurada, do agrado generalizado, deve-se ao atual Executivo Camarário, que se empenhou e conseguiu ultrapassar adversidades, pelo que expressou o seu agradecimento e reconhecimento pelo maravilhoso trabalho desenvolvido, disponibilizando a Freguesia para cooperar em tudo o que viesse a ser necessário. —

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Após cumprimentos, referiu que a sua intervenção surge na sequência da intervenção do membro Casimiro Loureiro, tinha como objetivo melhorar a postura do plenário, confrontando a posição deste, tomada na

última sessão, a propósito da intervenção do membro Filipa Lopes, na qualidade de diretora do Clube de Futebol de Carregal do Sal, com a desta sessão onde tinha invocado a qualidade de membro da Direção da Associação do Sobral. Disse que na qualidade de diretores das associações que representam, os membros da assembleia podem pronunciar-se e prestar esclarecimentos sobre as respetivas coletividades, sem que isso revele incompatibilidade com a função autárquica, desde que respeitem sempre os superiores interesses do município. Reforçou, pois, a necessidade de coerência nas intervenções, entendendo nada existir que possa obstar a que os membros, enquanto diretores de associações, possam dar informações e falar das entidades onde se encontrem incluídos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Batista* – Após cumprimentos, usou da palavra para informar que quando a Junta de Freguesia se candidatou ao Espaço Cidadão de Beijós, sabia que não tinha trabalhador especialmente afeto e que ele e o Tesoureiro iriam abdicar do seu tempo para garantir o funcionamento daquela estrutura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Na sequência da intervenção do membro Paulo Catalino, afirmou subscrever o que tinha sido afirmado, referindo, ainda assim, que as intervenções foram realizadas em contextos diferentes, sugerindo, inclusive, a constituição de um grupo de trabalho sob a égide do Presidente da Assembleia Municipal para a criação de um código de conduta de ética. Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Carregal do Sal, sobre um episódio ocorrido no passado, de desvio propositado de águas para a via pública, informou ter sido ele próprio a confrontar, na altura, a pessoa em causa. Quanto à situação atual focada, reiterou que a água já estava a infiltrar-se debaixo do alcatrão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esgotado o período de intervenções, o Presidente da Assembleia antes de dar a palavra à Câmara Municipal, prestou as seguintes informações: Ao membro Diego



Garcia disse que não pôde estar presente na reunião da Comissão Contra a Violência Doméstica. Ao membro Casimiro Loureiro, disse respeitar os valores do Vinte e Cinco de Abril, sempre, e também tem o maior respeito pelo Direito da Oposição, por ter sentido na primeira pessoa o incumprimento de tal estatuto. Afirmou que reconhecia que dois requerimentos tinham sido respondidos em cima da hora, mas no seu entendimento, pelo menos um deles, respondia ao que tinha sido solicitado. Deu, de seguida, a palavra à Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara* – Após cumprimentos, respondeu às questões suscitadas, nos seguintes termos: Ao membro Manuela Campos para referir que tinha toda a razão, mas tudo estava a ser feito para resolver o assunto, tendo sido já realizada uma reunião e estava outra agendada para o próximo dia sete de maio. Esperava resolver a situação a curto prazo, pois a vontade do Executivo Camarário era baixar o preço da água no mais curto espaço de tempo possível. Relativamente aos cabos abandonados, disse não lhe ter chegado nenhuma informação, mas a responsabilidade era da PT ou da EDP, consoante os casos, informando que iria, de imediato, encaminhar este assunto para a fiscalização, agradecendo a indicação dos locais onde os mesmos se encontravam, tendo em vista a realização de relatórios que iriam ser posteriormente enviados às respetivas entidades. Ao membro Casimiro Loureiro, disse que a intenção da Câmara Municipal é dar respostas céleres e objetivas às questões colocadas, sem esconder nada a ninguém, pelo que no caso em apreço deu resposta nos termos em que entendeu o conteúdo dos respetivos requerimentos. As contas da Feira da Pinha e do Pinhão são efetivamente reais e finais, não são previsões. Os apoios às associações e a informação sobre a habitação social, estão refletidos nos documentos enviados, pelo que no caso da informação prestada se mostrar insuficiente, pediu para que dissesse o que preci-

sava mais. Reiterou o que já foi dito anteriormente, de que se poderá deslocar aos serviços municipais para obter as informações que entenda por necessárias. Quanto aos transportes, referiu que seria o Vice-presidente a responder. No que diz respeito à vala de água no Sobral, disse não ter conhecimento, mas que iria falar com o Presidente da Junta de Freguesia de Carregal do Sal e seriam disponibilizados os meios necessários, por parte da Câmara Municipal, para obviar a uma possível intervenção. Sobre o alegado atentado à arquitetura na escola do Sobral disse ser livre de apresentar a denúncia a quem entender, sendo que a Câmara Municipal de Carregal do Sal era diferente de outras, porquanto manteve as escolas na sua posse, cedendo-as às associações, ao contrário da alienação que profusamente aconteceu noutros municípios, nalguns casos com a demolição e descaraterização dos edifícios existentes. Referiu que os materiais utilizados e trabalhos autorizados, caso o contrato de comodato venha a cessar, permitiam, facilmente, o retorno à traça inicial. No concernente à reconstrução das primeiras habitações, mencionou não poder assegurar o que quer que fosse, garantindo, isso sim, que desde que tinha acontecido a tragédia, a Vereadora Cristina Borges e os serviços não tinham regateado todos os esforços para que o processo fosse célere. A solução para o que aconteceu em Pedrógão gerou problemas graves, pelo que é natural que o Governo seja agora mais exigente. Uma parte significativa da reconstrução de casas de primeira habitação será liderada pela CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Quanto à Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão, informou que a Câmara Municipal não tinha qualquer contrato ou protocolo. Esta entidade tinha sido convidada e apresentou uma proposta, na medida em que o concurso aberto para adjudicação da limpeza das matas tinha ficado deserto, pelo que o Município está agora a socorrer-se da Associação de Produtores Florestais para realizar essa limpeza. A Câmara Municipal irá avançar com a limpeza das matas e irá iniciar um



processo de recrutamento de uma equipa de sapadores. Ao membro António Batista, disse que o Vice-presidente iria responder, sendo que o último orçamento da climatização tinha sido recebido na semana que estava em curso, havendo agora necessidade de fazer o projeto de execução. Disse que as queixas sobre a climatização são recentes, não constatou que em anteriores mandatos esta questão tenha sido levantada, e como é habitual dizer-se, no que a obras diz respeito, quando as coisas começam mal, tardam ou nunca se endireitam. O Executivo Camarário não se esquece das coisas, sendo sua vontade executar com celeridade, sem cair nos erros estruturais do passado. Recordou que se a climatização tivesse sido prevista em obra, o dispêndio da Câmara Municipal seria apenas na ordem dos quinze por cento. A falta da climatização é em tudo semelhante à inexistência de refeitório que veio depois a ser construído. O assunto da transparência municipal seria respondido pelo Vice-presidente. Ao membro Manuel António informou que a Câmara Municipal é a entidade primeira a preocupar-se com a segurança, não tendo, no entanto, força para chegar junto das instituições e pedir um maior empenho, apesar do diálogo que tem havido com a GNR, dado que os efetivos passam pelo Posto de Carregal do Sal e depressa vão para outros locais. Quanto à Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa, o problema está nas leis deste País que permitem este tipo de situações. No que diz respeito à descentralização, Beijós candidatou-se e sabia com o que podia contar, devendo, caso assim o entenda e necessite, recrutar um trabalhador, à semelhança de outras Juntas de Freguesia que têm efetivos nos seus mapas de pessoal, não podendo, a Câmara Municipal, disponibilizar recursos humanos para o efeito. Ao membro Diego Garcia disse nada ter para dizer acerca da reunião havida no âmbito da Comissão Contra a Violência Doméstica. Quanto à esterilização de cães e gatos informou que a Câmara Municipal já realiza há muito este tipo de iniciativas, com o envolvimento das três clínicas existentes no Concelho e também já

tinha apresentado candidaturas, uma para esse fim e outra para a construção de um centro de recolha oficial de canídeos, em terreno pertença desta Câmara Municipal, sendo que a envolvente onde for construído será dotada de um espaço para passeio de animais, não sendo, portanto, a favor da entrada de animais no Parque Alzira Cláudio, pelas razões que já formulou e que estavam estritamente associadas à limpeza e ao bom uso desta estrutura. Quanto ao Uvas e Romãs, o mesmo é um jornal da Câmara Municipal para dar notícias, não sendo um jornal de índole partidária. —————

————— *Vice-presidente da Câmara* – Após cumprimentos, usou da palavra para agradecer a intervenção do membro Casimiro Loureiro, no que diz respeito aos transportes escolares, expressando estar profundamente reconhecido, pois tinha sido a partir da sua intervenção que os transportes escolares, nomeadamente os do Sobral, foram enquadrados na lei e na versão que atualmente têm. Quanto ao alegado atentado arquitetónico levado a efeito na escola do Sobral, questionou onde estava o membro da Assembleia Municipal, quando no alpendre dessa escola foi construída uma torça de betão sobre pedras de granito. Salientou que o aval dado foi no sentido de salvaguardar ao máximo a parte arquitetónica, com possibilidade de repor a situação inicial caso seja necessário. Esta situação foi acompanhada pelos serviços técnicos e pelo Executivo Camarário. Quanto à rampa, disse terem sido dadas orientações quanto à respetiva construção, não tendo sido ainda vistoriada. Ao membro António Batista e no que diz respeito à transparência municipal, o Vice-presidente disse estranhar a preocupação agora demonstrada, quando em anos anteriores, a bancada do Partido Social Democrata, não se preocupou quando em dois mil e dezassete teve quase cem por cento e no ano de dois mil e treze teve menos de quarenta e cinco por cento. Deu de seguida as explicações que levaram à descida no *ranking*, informando ter sido feita a reclamação. Concluiu, referindo que não será necessária a preocupação demonstrada. Ao membro Diego Garcia respondeu



que o Uvas e Romãs é um jornal da Câmara Municipal que deve ter, essencialmente, informação autárquica, aludindo, nalguns casos, a atividade política, do que exemplificou, dirigindo-se ao membro Manuel António, quando evidenciou a notícia referente à eleição do então Presidente da Comissão Política do PSD, Carlos Amaral. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Após cumprimentos, complementou o esclarecimento sobre segurança e sobre o funcionamento do CLAS, fazendo uma resenha sobre a pessoa visada, alegadamente responsável pelos assaltos à Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa, tendo evidenciado as oportunidades que lhe foram proporcionadas e que a pessoa em causa não aproveitou. Disse, ainda, sobre a informação relativa à habitação social, que não poderiam ser dadas mais informações, nomeadamente sobre a identificação dos ocupantes, face a um parecer jurídico dos serviços sobre a proteção de dados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal autorizou a inscrição para novas intervenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para afirmar que era militante do Partido Social Democrata desde o ano de mil novecentos e oitenta e dois e estava naquela Assembleia Municipal para defender os interesses dos carregalenses e colaborar na melhoria do desenvolvimento concelhio. Disse estar ali desde outubro passado. Era elemento da Associação de Pais há muitos anos, procurou sempre o melhor para os professores e educandos e quando foi construída a Escola Básica Nuno Álvares, não foi permitido, à Associação de Pais, o acompanhamento da obra e quando constatou alguns erros, chamou a atenção para os mesmos. No seu entendimento, os erros devem ser corrigidos, independentemente de quem foi responsável pela construção da obra. A questão da transparência não o preocupa, disse ter trazido o tema apenas para que pudesse ser analisado. \_\_\_\_\_

——— *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata não colocou nenhuma questão sobre o Uvas e Romãs. —

——— *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra indicando ao membro Manuel António que lhe explicaria pessoalmente a sua intervenção e afirmar que a palavra preocupação no que ao *ranking* da transparência municipal diz respeito, foi proferida, expressamente, pelo membro António Batista. —

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. —

## ——— **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** —

——— APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. —

——— O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. —

——— *Vice-presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point*, fez a apresentação deste ponto da ordem do dia, referindo que iria ser sucinto e a apresentação não dispensava a consulta do documento que tinha sido distribuído. —

——— O Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra: —

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para solicitar esclarecimentos acerca de alguns aspetos visualizados no *power point*, evidenciando que em campanha eleitoral foi dito que o Município não tinha capacidade de trazer investimento



e empresas, tendo sido invocado o caso da empresa Loureiro & Filhos, Lda., atualmente Metal Beiras, Lda., mas a verdade era outra e esta empresa fixou-se em Carregal do Sal, à semelhança do Grupo Aquinos, tendo já sido outorgada a escritura de transmissão do terreno, para arranque do investimento produtivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *José Manuel Lopes Flórido* – Após cumprimentos, usou da palavra para referir que a sua intervenção estava diretamente relacionada com a habitação social em Oliveira do Conde, questionando se a reparação dessa habitação não deveria ser responsabilidade dos arrendatários. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para responder às questões colocadas. Ao membro Paulo Catalino disse que, relativamente à empresa da área da metalomecânica que citou, não se tinha passado nada de especial, tendo descrito as diligências anteriormente levadas a efeito, bem como as mais recentes. Recordou que o gerente da empresa tinha manifestado interesse em ir para o concelho de Nelas, face ao preço de venda mais baixo do terreno, mas a verdade é que apesar do protocolo celebrado, a empresa quis retomar as conversações com a Câmara Municipal e as partes chegaram a bom porto. Ao membro José Flórido disse que a manutenção, como foi ocasionada pelo desgaste normal, é feita pela Câmara Municipal. Tudo o que possa extravasar esse conceito, no que diz respeito a estragos que possam ocorrer pelo uso imprudente, por negligência ou dolo, já não é da responsabilidade da Câmara Municipal, sendo que a substituição da cozinha ficou a dever-se ao facto da que existia se encontrar em estado de degradação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **3. EDUCAÇÃO** \_\_\_\_\_

————CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. DELIBERAÇÃO DE NOMEAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE HARMONIA COM O ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 7/2003, DE 15 DE JANEIRO (REDAÇÃO ATUAL). —————

————O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, fazendo o respetivo enquadramento legal. Deu, ainda, a palavra à Câmara Municipal para prestar informações complementares. —————

————*Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar explicações complementares, evidenciando as diligências feitas no âmbito da eleição dos docentes e da escolha da IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, com a vertente da Educação, que recaiu sobre o Centro Social Prof. Elisa Barros Silva. Concluiu, referindo que apenas falta a indicação do representante do Conselho Municipal de Juventude. ———

————Como não houve interessados para debate, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: unanimidade. —————

————A Assembleia Municipal, no âmbito da competência estabelecida no artigo sexto do Decreto-lei número sete, de quinze de janeiro de dois mil e três (redação atual), decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade nomear o Conselho Municipal de Educação de Carregal do Sal, nos termos apresentados, cuja documentação vai ser arquivada em pasta própria, —————

#### ————4. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS —————

————ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ———

————O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do assunto, justificando a inclusão do ponto



na ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Como não houve interessados para debate, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 5 (cinco) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 0 (zero) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 15 (quinze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria com cinco votos contra dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista e Elisabeta Caldeira e quinze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O membro Casimiro Loureiro, em nome da bancada do Partido Social Democrata, prestou declaração do voto contra, no sentido de que a criação de mais este órgão em nada dignifica e em nada reforça o Poder Local. Este sairá reforçado, isso sim, em sede de descentralização de competências, ao que a bancada que representava já tinha mostrado a sua anuência. \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_ **5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO A APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal, no sentido de dar as explicações referentes ao assunto em análise, ou seja, a à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e dezassete. \_\_\_\_\_

——— *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, com o recurso a um *power point* previamente elaborado, dando ênfase à complexidade do documento tendo aproveitado para informar que, para a boa compreensão do mesmo, tinha sido realizada uma reunião preparatória.———

——— Como não houve interessados para debate, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: ———

——— Contra – 0 (zero) votos; ———

——— Abstenções – 6 (seis) votos; ———

——— A favor – 14 (catorze) votos. ———

——— A Assembleia Municipal apreciou o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como os documentos de prestação de contas e, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria com seis abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista, Elisabeta Caldeira e Diego Garcia, e catorze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, os citados documentos nos termos em que foram apresentados, que se consideram reproduzidos nesta ata e que vão ser arquivados em pasta própria.-

## ——— **6. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.** ———

——— ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1.<sup>a</sup> REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2018. ———

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal, no sentido de esta facultar as explicações referentes ao assunto em análise, ou seja, a primeira revisão a Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito.

——— *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, dando ênfase que é um assunto recorrente, com reafectações de rubricas



e projetos que tinham sido desorçamentados, de modo a contemplar as ETAR colocadas a concurso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal informou aceitar inscrições para debate. Usaram da palavra os membros Carlos Baptista e Diego Garcia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para referir que gostaria que a receita de capital extraordinária, proveniente do acionamento de uma garantia bancária à empresa Sopovico, S.A, na ordem de cento e cinquenta mil euros, fosse distribuída pelas cinco Juntas de Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para dar os parabéns ao Executivo Camarário pela excelente liquidez financeira, mas o Bloco de Esquerda iria abster-se por não terem sido acolhidas algumas propostas apresentadas, como foi o caso da aquisição de uma máquina de cinema para o Centro Cultural de Carregal do Sal, que rondaria os vinte e cinco mil euros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-presidente da Câmara* – Ao membro Carlos Baptista disse que o valor da garantia bancária, apesar de ser uma receita extraordinária, tem de ser aplicada na via em causa. Ao membro Diego Garcia informou que a Câmara Municipal já tinha tentado colocar cinema no Centro Cultural de Carregal do Sal, mas o equipamento, a máquina necessária, rondava o custo de mais de duzentos mil euros e era necessário fazer obras de adaptação. Tentou-se fazer um protocolo com empresa especializada mas tal não foi exequível, pelo que se concluiu não ser uma prioridade. Disse que a não colocação da máquina foi um lapso aquando da construção, porquanto se tal fosse contemplada, seria comparticipada e a Câmara Municipal pouco teria que pagar. \_\_\_\_\_

———*Presidente da Câmara* – Relativamente à intervenção do membro Carlos Batista, afirmou que a Câmara Municipal irá continuar a estar atento e irá realizar obras dentro das possibilidades. Ao membro Diego Garcia disse que durante algum tempo, a prioridade vai ser para a reestruturação dos sistemas de tratamento de águas residuais, sendo uma questão de prioridade, o que originará uma desaceleração de outras obras, cujo investimento obriga a um montante significativo de comparticipação da Câmara Municipal, podendo, inclusive, ser necessário recorrer a um empréstimo, no âmbito deste investimento. Contudo, nos últimos mandatos, foi possível reduzir os empréstimos a médio/longo prazo para metade. —————

———Findo o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: —————

———Contra – 0 (zero) votos; —————

———Abstenções – 6 (seis) votos; —————

———A favor – 14 (catorze) votos. —————

———A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com seis abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista, Elisabeta Caldeira e Diego Garcia e catorze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a primeira revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito, nos termos da proposta apresentada, que se considera reproduzida nesta ata e que vai ser arquivada em pasta própria. —————

———O membro Casimiro Loureiro, em nome do Partido Social Democrata, prestou declaração de voto, no sentido de afirmar que a bancada tinha optado pela abstenção, em coerência com o que tinha acontecido aquando da aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e dezoito. —————



\_\_\_\_\_7. **ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal, no sentido de esta facultar as explicações referentes ao assunto em análise, ou seja, a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, evidenciando a previsão de postos de trabalho para preencher a termo resolutivo certo para fazer face a um aumento excecional e temporário de serviço, no caso das Piscinas Municipais, pelo prazo de três meses e para a constituição de uma equipa de sapadores florestais, pelo prazo de um ano. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de análise e debate. Aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para, relativamente à votação da bancada do Partido Social Democrata, no ponto anterior, se regozijar, uma vez que na votação do primeiro Orçamento e Grandes Opções do Plano tinha votado contra e agora a votação tinha sido a abstenção, mas ainda assim gostaria de ter uma explicação sobre esta mudança, pois as alterações entre o documento inicial e este que o retifica, não eram muito significativas. Sobre o mapa de pessoal enalteceu esta medida e a capacidade de se autorregulamentar e arranjar as ferramentas necessárias por levar por diante projetos de muita importância para o Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que esta revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito, acabou por retificar algumas irregularidades, não vendo qualquer inconveniente no facto de terem votado contra e agora se terem absterido. Quanto ao mapa de pessoal, a bancada iria

votar a favor. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Findo o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito, nos termos da proposta apresentada, que se considera reproduzida nesta ata e que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

## \_\_\_\_\_8. **ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA** \_\_\_\_\_

### \_\_\_\_\_8.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE BEIJÓS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal, no sentido de esta facultar as explicações referentes ao assunto em análise, ou seja, a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Beijós. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, evidenciando a metodologia que iria seguir na explicação das Áreas de Regeneração Urbana. Aludiu, de forma genérica, a todas as ARU's, aos critérios de delimitação, aos objetivos, aos benefícios fiscais decorrentes e aos incentivos municipais, entre outros. Deu, de seguida, explicações sobre a Área de Reabilitação Urbana de Beijós. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Batista* – Usou da palavra para questionar o Executivo Camarário sobre se vão ser promovidas reuniões de apresentação nas respetivas localidades, pedindo para que, futuramente, seja feita uma ARU em Pardieiros, por ter sido uma povoação muito fustigada pelos incêndios florestais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para informar que o Bloco



de Esquerda iria votar favoravelmente todas as Áreas de Reabilitação Urbana, aguardando pelos planos de intervenção, sugerindo que houvesse a preservação das fachadas. —

——— *Maria Manuela Rodrigues Ribeiro Campos* – Usou da palavra para afirmar que tal como aconteceu nas Áreas de Reabilitação Urbana anteriores, os mapas que foram entregues não permitem que a bancada do Partido Social Democrata faça uma apreciação objetiva e, em consequência, não iria votar favoravelmente. Ir-se-ia abster. ———

——— Findo o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: ———

——— Contra – 0 (zero) votos; ———

——— Abstenções – 5 (cinco) votos; ———

——— A favor – 15 (quinze) votos. ———

——— A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista e Elisabeta Caldeira e quinze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a Delimitação da Área Urbana de Beijós, nos termos da proposta apresentada, que se considera reproduzida nesta ata e que vai ser arquivada em pasta própria. ———

——— *Paulo Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para questionar se tinha dado entrada algum pedido de esclarecimento complementar, do Partido Social Democrata, sobre os projetos da ARU – Áreas de Reabilitação Urbana, uma vez que esta bancada tinha alegado falta de informação para justificar a sua abstenção. ———

——— *Presidente da Assembleia e Vice-presidente da Câmara* – Responderam às questões suscitadas afirmando nada ter sido requerido; tinha havido uma reunião de apresentação e nessa reunião nada tinha sido questionado. ———

——— *Maria Manuela Rodrigues Ribeiro Campos* – Usou da palavra para reafirmar que tal como aconteceu nas Áreas de Reabilitação Urbana anteriores, os mapas, que foram entregues, não permitem que a bancada do Partido Social Democrata faça uma apreciação objetiva, razão pela qual se tinham absterido. —————

## ——— 8.2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PARADA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal, no sentido de esta facultar as explicações referentes ao assunto em análise, ou seja, a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Parada. —————

——— *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar a Área de Reabilitação Urbana de Parada. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: —————

——— Contra – 0 (zero) votos; —————

——— Abstenções – 5 (cinco) votos; —————

——— A favor – 15 (quinze) votos. —————

——— A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista e Elisabeta Caldeira e quinze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a Delimitação da Área Urbana de Parada, nos termos da proposta apresentada, que se considera reproduzida nesta ata e que vai ser arquivada em pasta própria. —————

——— O membro Manuela Campos apresentou a declaração de voto nos termos da votação anterior. —————

## ——— 8.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE FIAIS DA TELHA. —————



ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal, no sentido de esta facultar as explicações referentes ao assunto em análise, ou seja, a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Fiais da Telha. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar a Área de Reabilitação Urbana de Fiais da Telha. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Contra – 0 (zero) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Abstenções – 5 (cinco) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A favor – 15 (quinze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista e Elisabeta Caldeira e quinze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a Delimitação da Área Urbana de Fiais da Telha, nos termos da proposta apresentada, que se considera reproduzida nesta ata e que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O membro Manuela Campos apresentou a declaração de voto nos termos da votação anterior. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8.4 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PAPÍZIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal, no sentido de esta facultar as explicações referentes ao assunto em análise, ou seja, a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Papízios. \_\_\_\_\_

——— *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar a Área de Reabilitação Urbana de Papízios. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: —————

——— Contra – 0 (zero) votos; —————

——— Abstenções – 5 (cinco) votos; —————

——— A favor – 15 (quinze) votos. —————

——— A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista e Elisabeta Caldeira e quinze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a Delimitação da Área Urbana de Papízios, nos termos da proposta apresentada, que se considera reproduzida nesta ata e que vai ser arquivada em pasta própria. —————

——— O membro Manuela Campos apresentou a declaração de voto nos termos da votação anterior. —————

## ——— 9. PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS —————

### ——— 9.1 MOÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA PARA A CRIAÇÃO DO ESTATUTO DO ANIMAL COMUNITÁRIO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal fez a introdução deste ponto e declarou o espaço aberto para análise e debate. —————

——— *Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes* – Após cumprimentos, usou da palavra para dizer que o tema dizia muito à bancada do Partido Socialista, pela crescente preocupação do bem-estar animal. Todavia, tendo em conta as explicações da Câmara Municipal, no que diz respeito à construção de um novo centro de recolha oficial, com a



criação de um espaço de passeio para os animais e a nova legislação, a bancada entendia que, por ora, não estavam reunidas condições para avançar. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho que pudesse fazer o acompanhamento das candidaturas, da legislação e dos respetivos apoios, em termos mais concretos e mais objetivos. Concluiu, referindo ser essa a declaração de voto da bancada do Partido Socialista. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Findo o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 12 (doze) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 7 (abstenções) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 1 (um) voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou rejeitar por maioria, com doze votos contra dos membros Paulo Catalino, Filipa Lopes, Carlos Baptista, António Borges, Adelino Carneiro, Sérgio Rodrigues, António Pinto, Nuno Seabra, Carina Pessoa, Francisco Silva, Ana Ribeiro e Jorge Gomes, sete abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista, Elisabeta Caldeira, José Flório e Isabel Teixeira e um voto a favor do membro Diego Garcia, a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda para a criação do estatuto do Animal Comunitários, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 9.2 MOÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA POR UMA FLORESTA PROTEGIDA (UGF). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal fez a introdução deste ponto e declarou o espaço aberto para análise e debate. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carina Isabel Pereira Pessoa* – Após cumprimentos, usou da palavra para dizer que a bancada do Partido Socialista, não irá votar a proposta, apesar do tema ser bastante pertinente. Todavia, entendia ser prematuro, na medida em que estavam em curso

iniciativas várias e a previsão de legislação, pelo que a apreciação e votação deverá ocorrer em data mais oportuna. Concluiu, referindo ser essa a declaração de voto da bancada do Partido Socialista. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para justificar a sua proposta, evidenciando os benefícios das unidades de gestão florestal e a sua complementaridade relativamente a outras estruturas como as zonas de intervenção florestal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Findo o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 14 (doze) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 5 (cinco) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 1 (um) voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou rejeitar por maioria, com catorze votos contra dos membros Paulo Catalino, Filipa Lopes, Carlos Baptista, António Borges, Adelino Carneiro, Sérgio Rodrigues, António Pinto, Nuno Seabra, Carina Pessoa, Francisco Silva, Ana Ribeiro, Isabel Teixeira, Jorge Gomes e José Flórido, cinco abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Manuel Santos, António Batista, Elisabeta Caldeira, e um voto a favor do membro Diego Garcia, a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda por uma Floresta Protegida, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 9.3 PROPOSTA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO E OS PROBLEMAS DA INTERIORIDADE. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal fez a introdução deste ponto e declarou o espaço aberto para análise e debate. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para agradecer ao Partido



Socialista o facto de ter trazido este tema para debate, aludindo às razões da sua intervenção, da diferença abismal entre o Litoral e o Interior e das virtudes da descentralização, como instrumento de desenvolvimento do território. Identificou vários pontos estratégicos, nomeadamente: as atividades socioeconómicas; a floresta e a agricultura; o ensino superior como chave para o desenvolvimento; a mobilidade, referindo que expandir a rede ferroviária é dar mais condições aos cidadãos; e que a cultura é investir nas pessoas. Na sua perspetiva, o processo de descentralização tem de ser um instrumento para conferir mais capacidade de participação e decisão às populações, não podendo ser um mero esquema de “municipalização” das responsabilidades e das competências do Estado. Concluiu, referindo que a solução para descentralizar é a regionalização, com órgãos eleitos diretamente, assegurando a articulação, fortalecimento e autonomia dos poderes local e regional e a participação cidadã. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para agradecer ao Partido Socialista, referindo que o PSD é a favor da descentralização, por várias razões, destacando: a culpa transversal de todos os governos, pelo menos nos últimos trinta anos, transferindo níveis de decisão do Interior para o Litoral. Por outro lado, o Estado tem mostrado uma inércia tremenda ao nível das regiões mais afastadas, pelo que os municípios e as comunidades podem potenciar uma maior funcionalidade dos serviços, num espírito de verdadeiro serviço público, através de uma descentralização séria e objetiva, com o correspondente envelope financeiro. No entendimento da bancada do Partido Social Democrata, as transferências pecam por ser tardias. As autarquias estão dispostas a receber competências, mas as verbas adequadas terão de acompanhar essas transferências, pelo que terá de haver a melhor atenção dos gestores autárquicos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Paulo Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para justificar a sua proposta e começou por afirmar que percebia que estavam todos na mesma linha, sendo

necessário, portanto, tomar medidas. Foi com regozijo que notou a importância que este Governo estava a dar à descentralização de poderes. Também com o mesmo regozijo tinha verificado que o novo líder do Partido Social Democrata tinha assinado um pacto de princípios e de entendimento com o Governo sobre esta matéria. Entendia que a descentralização a nível regional e com o papel decisivo da Comunidade Intermunicipal Vi-seu Dão Lafões e a nível local. É importante pensar coletivamente. A propósito referiu-se aos grandes investimentos em curso ou a curto prazo, referindo-se especialmente à Requalificação do IP três e da Linha da Beira Alta. A descentralização em curso não era apenas uma municipalização, mas sim uma efetiva descentralização. Não se pode passar responsabilidades para os municípios sem pacotes financeiros e a bancada do Partido Socialista, caso assim não seja, cá estará para fazer frente e defender os interesses dos municípios. Concluiu, referindo que a prioridade das transferências são um imperativo local que apenas se consegue com medidas sérias e bem estruturadas. —————

—————Findo o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal informou não haver votação, tendo considerado este ponto ultrapassado. —————

#### —————10. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**—————

##### —————ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. —————

————— O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia e aceitou inscrições. —————

—————*António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Após cumprimentos, usou da palavra para abordar os seguintes assuntos: Questionou o desfasamento temporal da disponibilização das atas das sessões e das reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal, sem justificação aparente, pedindo para que possa haver uma publicitação mais atempada, requerendo um esforço adicional. Endereçou os parabéns e reconhecimento ao



Presidente e à Câmara Municipal pela inauguração e disponibilização do excelente espaço público e de lazer que é o Parque Alzira Cláudio. Referiu-se, de seguida, ao horário da Biblioteca Municipal que, no seu entender, não deveria corresponder ao horário típico de um serviço público e deveria ter um horário mais alargado, pois tal horário impossibilita-o de, por exemplo, requisitar livros, dado trabalhar fora do Concelho, saindo cedo e regressando tarde à sua residência. Disse que uma votação o tinha deixado perplexo, mais propriamente a da nomeação do Conselho Municipal de Educação, do qual também faz parte, questionando se, por acaso, a Assembleia Municipal votasse contra o que é que acontecia às decisões que foram tomadas na reunião já realizada deste Conselho. Concluiu, deixando um repto, no âmbito do seu direito de cidadania, pedindo para que o que agora estava a dizer fosse reproduzido em ata, sem ser desvirtualizado, exemplificando uma situação em que, no seu entender, isso aconteceu por ter sido omitida parte do que tinha dito. Pediu para que lhe fosse facultado o projeto de ata para que pudesse analisar a sua intervenção antes da sua aprovação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Assembleia Municipal* – Usou da palavra para responder a parte das questões suscitadas pelo munícipe Jorge Figueiredo, dando conta de que o processo de disponibilização das atas tem melhorado nos últimos tempos e continuarão a ser feitos esforços nesse sentido. Trata-se de melhorar o processo que nunca será perfeito, salientando que a ata tem de referir o que de essencial for dito. Disse, entretanto, que registava o pedido formulado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder à intervenção do munícipe e afirmar que naquele dia já tinha assinado, ao que julgava ser a ata da última reunião, pelo que não havia razão para o citado desfasamento. Disse que iria chamar a atenção dos serviços para que haja mais celeridade. No concernente ao horário da Biblioteca Municipal referiu que existiam contingências várias e o movimento que a

Biblioteca Municipal tem não justifica outro tipo de horário. Sugeriu que, quando pretendesse requisitar um livro endereçasse um *email* e haveria de ser encontrada uma forma para viabilizar o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dizer que a reunião do Conselho Municipal de Educação se reportou praticamente à aceitação dos cargos por parte dos seus membros, o que não aconteceu em relação ao munícipe Jorge Figueiredo que, atempadamente, apresentou justificação, mas que também não o teria de fazer, já que a sua aceitação será oportunamente formulada. Na reunião que se seguiu, que visou a rentabilização da presença dos membros presentes, não houve deliberações, nem tomadas de posição, mas apenas informações. Concluiu, referindo que compreendia a intervenção do munícipe, não se tratou de uma situação típica, mas foi desta forma que se rentabilizou a presença dos membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria pedir aos secretários para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito (oito ponto um, oito ponto dois, oito ponto três e oito ponto quatro), nove (nove ponto um e nove ponto dois. Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ENCERRAMENTO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e trinta minutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser



assinada pelos membros da Mesa. \_\_\_\_\_

O Presidente da Assembleia Municipal,

---

*Carlos Jorge Morgado Gomes*

A Primeira Secretária,

---

*Ana Isabel Abrantes Ribeiro*

A Segunda Secretária,

---

*Isabel Clara Amaral Teixeira.*